



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2022.0000214093

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus Criminal nº 2057420-60.2022.8.26.0000, da Comarca de Presidente Venceslau, em que é impetrante FELIPE TELES TOUOUNOGLU e Paciente LILIAN SILVA DE MORAES.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 5ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Homologaram a desistência e extinguiram o feito sem julgamento do mérito, remetendo-se os autos ao arquivo. V.U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores GERALDO WOHLERS (Presidente), CLAUDIA FONSECA FANUCCHI E DAMIÃO COGAN.

São Paulo, 25 de março de 2022.

GERALDO WOHLERS
Relator(a)
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Voto nº 40.866

Relator: **Desembargador** Geraldo Wohlers

Habeas Corpus nº 2057420-60.2022.8.26.0000, Comarca de Presidente Venceslau

Impetrante: **Felipe Teles Tourounoglou**

Paciente: **Lilian Silva de Moraes**

Vistos, etc...

1. Trata-se de **Habeas Corpus**, com pedido liminar, impetrado por ilustre advogado em favor de Lilian Silva de Moraes, sob o argumento de que a paciente (autuada em flagrante por tráfico de substância entorpecente - fls. 40 dos autos principais) sofria constrangimento ilegal por parte do E. Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Presidente Venceslau nos autos do Processo nº 1500172-05.2022.8.26.0483,

2

Habeas Corpus nº 2057420-60.2022.8.26.0000 - Voto nº 40.866 - Presidente Venceslau



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

consistente na conversão da prisão flagrancial em preventiva.

Narrava o d. impetrante que **“a Paciente é genitora de 03 filhos, contudo um deles é menor de 12 anos, qual seja: DAVI MORAES DA SILVA, DE 08 (OITO) ANOS DE IDADE”** (fls. 03), o qual está *“sob sua exclusiva tutela e responsabilidade”* (fls. 05). Após a prisão de **Lilian**, *“seu filho ficou sob os cuidados de sua irmã, tia do infante, Sra. Lucimar da Silva Moraes. Ocorre que a irmã da PACIENTE, Lucimar da Silva Moraes é Genitora de mais 04 (quatro) repito, 04 (quatro), todas menores de 12 anos”* (fls. 07) e **“NÃO TEM QUALQUER CONDIÇÕES DE CUIDAR DO FILHO DA PACIENTE, O PEQUENINO DAVI, HAJA VISTA ESTA TER, ALÉM DE PROVER O SUSTENTO DE 04 MENORES DE 12 ANOS, AINDA TERÁ QUE CUIDAR E ALIMENTAR DE UM QUINTO MENOR.**

Nada Obstante, **NÃO HÁ PRESENÇA DE GENITOR** para cuidar de tal infante, haja vista que o mesmo separou-se da paciente e, sequer, provê materialmente o sustento do seu filho, haja vista ter desaparecido. QUANTO AOS FILHOS DE 18 E 21 ANOS, estes não residem com a Sra. Lilian (Paciente), bem como não tem condições financeiras de arcar com tais custos de um infante” (fls. 11).

Assinalava, também, que tampouco a mãe da paciente *“detém recursos financeiros e (...) tempo hábil para dedicar-se aos cuidados”* dos **“05 NETOS, 04 DA FILHA LUCIMAR E O PEQUENO DAVI, FILHO DA PACIENTE”** (fls. 14). Ademais, *“a avó materna permanece fora de sua residência e domicílio por tempo integral, dado que está contratada em regime celetista (...)”*

Não bastasse isto, o avô materno Horaldo Martins de Moraes, conjugê de Vera Lucia da Silva, faleceu em decorrência do novo Coronavírus” (idem).

Ressaltando, ainda, *“o art. 2º da orientação nº 62/2020 e o Habeas Corpus Coletivo nº 165704/DF”*, postulava-se a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

substituição da constrição por prisão domiciliar.

2. O nobre impetrante requer agora “a desistência deste feito, a fim de que possa haver a distribuição de outra peça, devidamente instruída, com o referido pedido do remédio constitucional” (fls. 48).

3. À vista do exposto, meu voto **homologa a desistência e extingue o feito sem julgamento do mérito**, remetendo-se os autos ao arquivo.

Geraldo Wohlers
Relator